



Casa do Povo do Gradil

Concelho de Mafra

REGULAMENTO INTERNO

Banco Alimentar

Artigo 1º

1.O presente regulamento têm por finalidade definir as normas e critérios internos de forma a traduzir a vida da instituição.

2.O regulamento é específico da resposta social do Banco Alimentar

Artigo 2º

O Banco Alimentar destina-se a apoiar famílias em situação de carência socioeconómica da freguesia do Gradil, salvo exceções e mediante a autorização do Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa.

Inscrição e admissão

Artigo 3º

Constituem condições de inscrição no Banco Alimentar:

a) Famílias em situação de carência económica.

Artigo 4º

São critérios prioritários de inscrição e subsequente admissão os seguintes.

- a)Desemprego prolongado
- b)Situações de prisão, morte, doença, separação e abandono;
- c)Pensionista de regime não contributivo;
- d) O número de pessoas do agregado familiar;
- e) Situação de Catástrofe.

Artigo 5º

A inscrição para o programa do Banco Alimentar é realizada na secretaria da Casa do Povo do Gradil, mediante o preenchimento de ficha própria e a apresentação dos seguintes documentos:

Utente:

- a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão Único de todos os membros do Agregado familiar;
- b) Fotocópia do cartão de Identificação Fiscal de todos os membros do agregado familiar;
- c) Fotocópia do Cartão de Beneficiário da Segurança Social de todos os membros do agregado familiar;
- d) Documento válido comprovativo de residência legal em Portugal, no caso de cidadão estrangeiro;
- e) Documento comprovativo de despesas de habitação (renda, água, luz, gás);
- f) Recibos de vencimento dos trabalhadores do agregado familiar.

Admissão

Artigo 6º

1. A admissão é feita através de um atendimento pela técnica superior de serviços social, onde será preenchido o processo familiar do individuo e /ou da família, e a posteriori uma vista domiciliaria.

2. Para confirmar a inscrição e consequente admissão são necessários:

- a) Fotografia do requerente (ou fotocópia a cores);
- b) Bilhetes de identidade de todos os elementos do agregado familiar;
- c) Cartão de contribuinte de todos os elementos do agregado familiar que contribuam economicamente para o mesmo;
- d) Última declaração de IRS, comprovativa dos rendimentos de todos os elementos do agregado familiar que contribuam economicamente para o mesmo ou documento comprovativo da Repartição de Finanças atestando a não entrega da referida declaração;
- e) Últimos recibos de vencimento de todos os elementos do agregado familiar que contribuam economicamente para o mesmo;
- f) Recibos de encargos com transportes públicos dos últimos meses;
- g) Recibos de aquisição de medicamentos de uso continuado, no caso de doença crónica devidamente comprovada pelo médico;

h)Em situação de desemprego dos elementos que compõem o agregado familiar, declaração da Segurança Social ou do Centro de Emprego atestando a situação, bem como o valor e duração do subsídio;

i)Em situação de pais solteiros, divorciados, separados judicialmente ou de viuvez, declaração que ateste o valor da pensão de alimentos, de sobrevivência ou outra, ou documento que justifique a ausência da mesma;

j)Caso existam no agregado familiar idosos ou portadores de deficiência, documento comprovativo da pensão/reforma, passado pelo Centro Nacional de Pensões ou outra entidade equiparada, bem como declaração de IRS, ou documento que ateste a dispensa de apresentação da mesma.

3. Os indivíduos e /ou famílias para poderem usufruir de apoio alimentar deverão ter uma capitação igual ou inferior à pensão social, em vigor no ato da atribuição. O cálculo do rendimento “Per Capita” do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula: $R = \frac{RF - D}{N}$,

N

sendo R = rendimento “Per Capita”, RF = rendimento mensal liquido do agregado familiar, D = despesas fixas e, N = número de elementos do agregado familiar.

Renovação

Artigo 7º

- 1.O apoio alimentar terá a duração de 6 meses.
2. No final dos 6 meses será feito uma avaliação da situação e esta poderá ser renovada pelo período de mais 6 meses, com um tempo total de intervenção de 18 meses.

Horário

Artigo 8º

- 1.A recolha dos produtos Alimentares às sextas feiras poderá ser feita a partir das 15h.
- 2.Na recolha mensal o levantamento dos produtos poderá ser feito na segunda quarta do mês a partir das 13h.
- 3.A instituição não distribuirá alimentos por se encontrar encerrada em:
 - Feriados Nacionais (à sexta);
 - Dias 21 e 28 de Dezembro;
 - Ultima sexta-feira do mês de Agosto.

E sempre que não haja produtos alimentares para distribuição será afixado à porta da instituição um aviso.

Faltas

Artigo 9º

1.Quando o beneficiário faltar na recolha dos alimentos, deverá ter o cuidado de justificar por escrito a respectiva falta logo que lhe seja possível.

2.Quando as faltas, forem superiores a 10 dias úteis no caso do cabaz semanal, e 2 meses consecutivos no cabaz mensal, sem qualquer justificação plausível, será retirado o apoio.

Suspensão

Artigo 10º

Quando existir omissão da situação sócio económica real.

Disposições Finais

Artigo 10º

Toda a matéria não incluída no presente regulamento, será definida pela Direcção da Casa do Povo do Gradil, através de normas e ordens internas.

Artigo 11º

Qualquer situação omissa neste regulamento, será da resolução da Direcção da Casa do Povo do Gradil de acordo com a legislação em vigor e com o parecer do técnico do Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa.

A Direcção

Gradil, de de 2012